SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/11/2015 - Instituto Telecom

Presidente da Anatel propõe simplificar regras e reduzir impostos para telecom

O Brasil é o hoje o país com a maior carga tributária sobre telecom entre os 10 mercados com maior base de telefonia móvel do mundo: 43% da receita das operadoras é destinado ao pagamento de tributos e taxas. Outros países emergentes presentes na lista dos dez maiores mercados têm cargas muito menores, como Índia (12%), Rússia (18%), Nigéria (13%), Paquistão (15%) e Indonésia (10%). "É um milagre haver crescimento em telecom no Brasil com essa carga tributária", comentou o presidente da Anatel, João Rezende, durante seminário sobre tributação em telecomunicações promovido pela secretaria de fazenda do estado do Rio de Janeiro, nesta sexta-feira, 27, na capital fluminense.

Embora as teles sofram com os impostos, Rezende não é a favor de aplicar as mesmas taxas e regras sobre os serviços over the top (OTT), por causa do risco de engessar a inovação. Em vez disso, ele apoia que se reduzam os impostos e se simplifiquem as regras para as operadoras tradicionais, de forma a torná-las mais competitivas contra os rivais digitais. "Prefiro desamarrar os atores atuais do que amarrar os outros. Seria um erro levar para o mercado digital as mesmas regras do mercado tradicional", disse o presidente da Anatel.

Rezende aproveitou para rebater as reclamações das teles contra o WhatsApp e outras OTTs. "O único serviço que a Anatel controla os preços é o de telefonia fixa. Os outros não são controlados. Se existe um problema de rentabilização de dados, é um problema do modelo de negócios das empresas, não do modelo regulatório. (O serviço de) dados nasceu privado e continua privado", argumentou.

Ele lembrou que o SMS, quando surgiu, quase 20 anos atrás, também fez vítimas: matou o serviço de pager. E criticou o que considera uma acomodação das operadoras: "Por que não criaram um app tipo WhatsApp? As empresas têm que se preparar para esse cenário de mudança constante na forma de comunicação".

Resposta

Em um painel posterior, a especialista em tributação da Oi Ana Carolina Romano respondeu pelas teles: "O celular não usa a rede do pager. As OTTs não sofrem com a tributação e nem investem em rede. Em vez disso, usam e abusam da nossa infraestrutura".

Intel intensifica ofertas para os setores de telecom e IoT no País

Diante da crise, empresa opta pela diversificação do portfólio de produtos no Brasil, apostando na inovação.

Assim como outros grandes players do setor de TIC (tecnologia da informação e comunicação), a Intel elegeu como alvos para 2016 as áreas de telecomunicações, internet das coisas e data center (incluindo big data).

David González, diretor geral para as operações no Brasil, informa que a companhia já fatura US$ 2 milhões em IoT (internet das coisas), área que cresce entre 20% e 30% ao ano. "Há muita experimentação em internet das coisas, o que dificulta identificar tendências e lideranças, mas 80% do IoT mais promissor está na área industrial", comenta.

As novas tecnologias, segundo ele, também alavancam um outro negócio no qual a Intel desfila há cinco anos, segurança. "IoT industrial tem que ser sensível a segurança", destaca González, ao dizer que, apesar disso, o tema permeia todas as áreas.

Em telecomunicações, a Intel Brasil planeja atuar fortemente na oferta de NFV (Network Functions Virtualization), junto com parceiros como Cisco, HP e Huawei. As redes NFV, segundo Maurício Ruiz, Diretor de Vendas da Intel Brasil, são "alternativas importantes para as operadoras de telefonia garantirem atualização da rede utilizando tecnologias que são padrão no mundo de TI", diz.

Ele acredita que, com a economia de escala dos data centers (NFV), as operadoras teriam um caminho mais tranquilo até a digitalização total dos negócios.

"A Intel está se posicionando como um provedor de tecnologia amplo – do data center, passando elo setor de telecomunicações, até o usuário final.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/11/2015 - Telesíntese

Planos: teles têm estratégias diferentes, mas os dados comandam as ofertas.

Em novembro, todas as celulares lançaram suas novas ofertas, com pacotes simplificados. Oi e TIM acabaram com o chamado "efeito comunidade". Vivo e Claro mantiveram tarifas diferenciadas para falar com outras operadoras, mas cortaram os preços. E todas elas ampliaram o volume de dados em seus planos pré e pós-pago, porque sabem que o acesso à internet é bem essencial para o cliente.

Dona do menor market share no celular entre as quatro grandes operadoras (17,93% da base total de celulares de 275,889 milhões em setembro/15, de acordo com dados da Anatel), a Oi não teve dúvidas em acabar com a tarifa diferenciada para falar com outras operadoras. Sua nova estratégia envolve fortalecimento da quantidade nos planos e pacote de minutos para falar do celular Oi para qualquer outro celular, seja da mesma operadora seja de outro. A TIM, embora a segunda colocada no ranking com 26,31% de market share, adotou estratégia semelhante.

Com a nova política, a Oi espera atrair novos usuários. Mas não está apostando só na voz para manter sua base de clientes e conquistar novos. Para definir seus novos planos pré e pós-pago, conta o diretor de Varejo, Bernardo Winik, investiu em um pesquisa de hábitos de comportamento dos clientes das diversas faixas etárias. E o resultado indica que, especialmente na faixa mais jovem, a franquia de dados é um elemento decisivo na adesão ao plano, associada, é claro, ao valor cobrado. A investigação, comandada por Melissa Riley, gerente nacional de Pesquisa da operadora, revelou que 61% dos jovens, na faixa de 18 a 24 anos, tinham apenas um chip, um quadro diferente de faixas etárias mais velhas, onde a voz ainda é valorizada. São esses os que eram portadores de vários chips, para falar mais e gastar menos.

Assim, nos planos pré-pago ela até triplicou o volume de dados oferecidos, acabou com tarifas diferentes para falar dentro e fora da operadora, cortou drasticamente as tarifas e acabou com o roaming. A novidade foi anunciada no dia 3 de novembro, quatro dias após a TIM dar a sua guinada, pondo fim às vantagens para quem falasse dentro da sua rede.

Nos planos pós-pago, lançados na semana passada, a Oi também foi agressiva: R$ 149,90 para falar 3 mil minutos para qualquer operadora local ou longa distância, 10 GB de franquia, SMS ilimitado para qualquer operadora, Oi WiFi ilimitado por seis meses para acesso ao Oi Música, Oi Segurança e Oi Apps Clube, e R$ 0,30 por ligação que exceder ao limite do plano contratado. A ligação excedente só perde para a TIM, que cobra R$ 0,25. O minuto excedente mais caro é da Claro: R$ 1,09.

Confortável em sua liderança e no fato de ter a maior cobertura (3G/4G), a Vivo manteve, nos lançamentos de novembro, a tarifa diferenciada para ligações on net e off net, embora tenha cortado os preços das ligações off net. Na avaliação de Christian Gebara, Chief Revenue Offier da companhia, o movimento de acabar com o "efeito comunidade", feito agora pela Oi e TIM, ocorreu no exterior há mais tempo, quando o peso dos dados não era tão forte para o consumidor. "Consideramos que o fundamental, hoje, é o foco nos dados – e dados de qualidade. Há dois anos, em todos os nossos planos sempre incluímos a oferta de dados. Não vendemos só voz. E continuamos nessa direção, com planos agora mais simplificados e ofertas com maior franquia da dados", resume ele, ao explicar os motivos que levaram a Vivo ao não aderir à onda do fim do "efeito comunidade".

Ele não acredita que esta decisão vá ter efeito sobre a base da operadora, com clientes migrando para as redes que cobram a mesma tarifa para falar para qualquer lugar. "Contamos com a nossa cobertura, a maior cobertura de dados móveis do mercado, e com a modelagem dos nossos planos", diz ele. Em um de seus planos pós-pago, a Vivo oferece, por R$ 350,99, 9 GB de franquia (com a novidade de o cliente poder usar o que não for gasto no mês seguinte, o Vivo Bis), 1.100 minutos para ligações off net e ilimitado para ligações on net, torpedos ilimitados para qualquer operadora, e R$ 0,55 para minuto on net excedente local e longa distância e R$ 0,55 para off net local.

Leia mais em:

http://www.telesintese.com.br/planos-teles-tem-estrategias-diferentes-mas-os-dados-comandam-ofertas/

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/11/2015 - Vermelho

Brasil se mantém no grupo dos 10 países que mais atraem investimento

O Brasil encerrará 2015 com cerca de US$ 65 bilhões provenientes do mercado estrangeiro na economia, mantendo-se no grupo dos 10 países que mais recebem investimentos produtivos. É o que mostram as projeções feitas pelo Banco Central e isso graças ao tamanho e potencial do mercado interno do País.

A lista das economias mais atraentes ao investimento é feita pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). A lista das economias mais atraentes ao investimento é feita pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). A lista das economias mais atraentes ao investimento é feita pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), que inclui no grupo China, Estados Unidos, Reino Unido, Cingapura, Rússia, Canadá, Austrália e também da cidade Estado de Hong Kong.

Os recursos vindos de outros países estão sendo direcionados no Brasil a segmentos diversos da economia como indústria de petróleo e gás, indústria extrativa, empresas do segmento de química e indústria alimentícia, setor de serviços, como as áreas de saúde e comércio, setor de telecomunicação e de energia elétrica e projetos da infraestrutura.

Nos nove primeiros meses do ano, os investimentos estrangeiros somaram US$ 48,211 bilhões; considerando um período maior, de 12 meses terminados em setembro, essa cifra está em US$ 71,807 bilhões, segundo dados do Banco Central.

Programa de infraestrutura

Para 2016, esses capitais devem se permanecer no nível atual ou aumentar. Entre os fatores que vão alavancar os negócios e manter o Brasil no radar dos investidores está a valorização do dólar frente ao real, que torna as empresas daqui baratas ao capital externo, favorecendo operações de fusão e aquisição entre o empresário nacional e o de fora do País.

Outro ponto que desperta a atenção do empreendedor estrangeiro são as oportunidades de ganhos com o Programa de Infraestrutura e Logística (PIL) do governo federal, com projetos nas áreas da infraestrutura e que movimentará R$ 200 bilhões nos próximos anos.

Entre esses projetos constam melhoria de rodovias e portos, ampliação e construção de ferrovias, expansão e edificação de aeroportos.

"No momento temos a questão do câmbio (paridade dólar/real). O Brasil se tornou barato para o investimento estrangeiro direto e o país tem tudo para ser feito", diz o coordenador-geral de Investimentos do Ministério do Desenvolvimento (Mdic), Mário Neves.

Os países que mais investem no Brasil atualmente são Estados Unidos, China, Japão, França, Espanha e Itália.

"Temos o Programa de Infraestrutura Logística com uma série de projetos em portos, aeroportos, ferrovia e rodovias que soma R$ 200 bilhões e que tem atraído grande parcela desses investidores que olham para o Brasil com muita atenção", acrescenta.

Neves comenta que a fase de desaceleração atual é transitória e não afeta a visão do investidor com projetos de longo prazo interessado em abrir uma empresa, construir uma fábrica ou se associar a uma empresa nacional existente.

"Esse tipo de investidor vem para o longo prazo, não olha o Brasil para 2015 ou para 2016 olha para 2050", comenta. "Podemos estar atravessando um cenário um tanto adverso por conta da crise econômica, mas isso tem prazo, isso acaba e o país retoma sua trajetória de crescimento."

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/11/2015 - Altamiro Borges

Os desafios da saúde e as ameaças ao SUS

Em tempos de retrocesso político e social, em que é considerado ousado até mesmo defender a Constituição Federal de 1988, a conjuntura mais recente coloca diversos obstáculos à concretização da "saúde como direito de todos e dever do Estado", segundo a nossa constituição:

1. Emprego e planos de saúde empresariais:

Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) (Caderno de Informações da Saúde Suplementar 2014, ANS), dos cerca de 26% de brasileiros com planos de saúde, cerca de 67% são cobertos por planos do tipo empresarial.

Com o aumento do desemprego (que já vem ocorrendo), muitos podem perder acesso a esse plano privado e buscar assistência integralmente no Sistema Único de Saúde (SUS) .Toma-se com preocupação, portanto, os cortes na saúde, conjugados ao aumento do desemprego, que podem sobrecarregar ainda mais o SUS.

2. Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2016:

Dados do PLOA 2016 mostram que o orçamento do Ministério da Saúde cairá de 2015 para 2016, como estratégia do ajuste fiscal: estima-se que será 12% menor (R$103 bi em 2015 contra R$90 bi em 2016), se mantidos os valores.

Deve-se considerar, no entanto, que o orçamento previsto para o ano de 2015 também sofreu diversos cortes ao decorrer do ano, como em maio/2015.

3. Ministério da Saúde na reforma:

Dirigentes da Abrasco criticam o "uso do Ministério da Saúde como moeda de troca política" e ressaltam que o jogo de interesses coloca o SUS em sérios riscos, ainda mais pelo perfil conservador do novo ministro, que pode significar a suspensão de importantes debates e ações de programas e políticas públicas em prevenção ao HIV/Aids/DSTs e de conscientização e promoção da saúde.

4. Cortes no Farmácia Popular:

Medicamentos representam o principal gasto em saúde, principalmente nas famílias de menor renda. Assim, o Programa Farmácia Popular do Brasil disponibiliza contraceptivos, fraldas geriátricas, medicamentos indicados para o diabetes, hipertensão, osteoporose, rinite, asma, Parkinson, glaucoma, entre outros subsidiados em duas vertentes: a Rede Própria estatal, presente desde a criação do programa em 2004, e a "Aqui Tem Farmácia Popular" (ATFP), estabelecida em parceria com o comércio farmacêutico, a partir de 2006 .

O Programa se inclui em uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria, com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população. No entanto, segundo o PLOA 2016, o programa sofrerá um corte de R$ 578 milhões e garantirá apenas a gratuidade dos medicamentos ligados ao "Saúde não tem preço" para asma, hipertensão e diabetes. Está previsto manter a rede própria da Farmácia Popular.

5. Continuidade e ampliação da DRU:

A Desvinculação de Receitas da União (DRU) permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais (em especial as contribuições sociais) vinculados por lei a fundos ou despesas. Na prática, causa diminuição de recursos para vários programas sociais, como atividades fins das áreas de saúde, previdência e assistência social.

A DRU está em vigor até 31 de dezembro de 2015, mas existe uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 87/2015 estendendo o instrumento até 2023, com algumas alterações na regra atual.

6. Subfinanciamento da saúde e capital estrangeiro – Lei 13.097/2015 e EC 86:

Mário Scheffer aponta que os fundamentos políticos e econômicos do SUS foram abalados no início de 2015, com a aprovação da Emenda Constitucional 86, que cristaliza o subfinanciamento do SUS, e da Lei nº 13.097, que permite a participação de empresas e do capital estrangeiro nas ações e cuidados à saúde, sem restrições presentes na Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e em um formato de abertura ao capital estrangeiro ainda mais radical do que as discussões que já corriam no Legislativo.

Leia mais em:

http://altamiroborges.blogspot.com.br/2015/11/os-desafios-da-saude-e-as-ameacas-ao-sus.html